



**REPÚBLICA  
PORTUGUESA**

GABINETE DO SECRETÁRIO DE ESTADO  
DOS ASSUNTOS PARLAMENTARES

Exmo. Senhor  
Presidente da Comissão de  
Administração Pública, Modernização  
Administrativa, Descentralização e Poder  
Local  
Deputado Fernando Ruas

---

SUA REFERÊNCIA  
23/CAPMADPL/2021  
NU 680166

SUA COMUNICAÇÃO DE  
25-06-2021

NOSSA REFERÊNCIA  
Nº: 2464  
ENT.: 4667  
PROC. Nº:

DATA  
23/07/2021

---

**ASSUNTO:** Resposta à solicitação de informação à Senhora Ministra da Modernização do Estado e da Administração Pública, sobre o objeto da Petição n.º 250/XIV/2.ª, da iniciativa de José Bruno Teixeira Alves e outros - "Os enfermeiros com contrato individual de trabalho (CIT) solicitam igualdade em relação aos que têm contrato de funções públicas" .

Encarrega-me o Secretário de Estado dos Assuntos Parlamentares de enviar a resposta proveniente do Gabinete da Senhora Ministra da Modernização do Estado e da Administração Pública ao pedido de informação sobre a Petição mencionada em epígrafe, através do ofício n.º 406/2021/MMEAP, cuja cópia se anexa.

Com os melhores cumprimentos,

A Chefe do Gabinete

Catarina Gamboa

Exma. Senhora  
Chefe do Gabinete de S. Exa. o Secretário de Estado  
dos Assuntos Parlamentares  
Dr.ª Catarina Gamboa

**Ofício n.º 406/2021/MMEAP**

**16/07/2021**

Assunto: Solicitação de informação sobre a Petição n.º 250/XIV/2.ª – “Os enfermeiros com contrato individual de trabalho (CIT) solicitam igualdade em relação aos outros que têm contrato de funções públicas


Exma. Senhora,

Tendo em consideração que os hospitais E.P.E. e os seus trabalhadores da área da saúde com CIT têm a sua situação tutelada pelas áreas governativas da Saúde e das Finanças, não tem, esta área governativa, informação a prestar.

De qualquer modo, no que respeita a esta área governativa, salienta-se o alargamento da ADSE aos titulares de contrato individual de trabalho, designadamente nos hospitais E.P.E, operado pelo Decreto-Lei 4/2021 de 8 de janeiro e constituindo um aspeto em que passou, por isso, a existir equiparação aos titulares de contratos de trabalho em funções públicas.

Pese embora ainda decorra o prazo para inscrição de CIT, até ao dia 9 de setembro de 2021, o número de novos inscritos ultrapassa já os 97 mil, dos quais mais de 63 mil são titulares (ou seja, trabalhadores com CIT), o que demonstra a pertinência e adequação da medida.

Com os melhores cumprimentos,

 A Chefe do Gabinete,



(Ana Resende)